



## **Perfil Socioeconômico do Município de Caiçara/RS**

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Rodeio Bonito/RS

Dezembro de 2019

---

048 Oliveira, Gabriel Nunes de et al.

Perfil Socioeconômico do Município de Caiçara/RS: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local / Gabriel Nunes de Oliveira, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Nilson Luiz Costa, Enio Giotto, Saionara da Silva, Júlia Laize Bandeira Calgaro. - Palmeira das Missões/RS, 2019.

37 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2019.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I.Oliveira, Gabriel Nunes de. II.Camfield, Claudio Eduardo Ramos. III.Costa, Nilson Luiz. IV.Giotto,Enio. V.Silva,Saionara da. VI.Calgaro,Júlia Laize Bandeira.

CDU 338.1



**Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Eugenio Poltronieri (Presidente)  
Angelita Marisa Cadoná (Vice-Presidente)  
Giovana Giacomolli  
Sérgio Luiz Triches  
Gustavo Pereira Fortes  
Valéria Maria Zanatta Senger  
Jocler Moresco  
Walmor Liberalesso  
Leocácio Gallo Paloschi  
Willian Jeferson Bez

**CONSELHO FISCAL**

Carlos Alberto Pinheiro  
Ernilo Arteli Grellmann  
Sergio Roberto Basso  
Ronaldo Lima dos Santos  
Tiago Gadonski  
Valdomiro Tomazoni

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Márcio Girardi (Diretor Executivo)  
Jaques Samuel dos Santos (Diretor de Operações)  
Andre Zanon (Diretor de Negócios)

**GERÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL**

Irajá Turchetto (Gerente Regional de Desenvolvimento)  
Fernando Buriol (Gerente de Relacionamento)  
Ronaldo Fagundes (Gerente de Ciclo de Crédito)



**Universidade Federal de Santa Maria**

**REITORIA**

Paulo Afonso Burmann (Reitor)  
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

**Campus de Palmeira das Missões**

Rafael Lazzari (Diretor)  
Adriano Lago (Vice-Diretor)

**Campus de Frederico Westphalen**

Arci Dirceu Wastowski (Diretor)  
Igor Senger (Vice-Diretor)

**Centro de Ciências Rurais (CCR)**

Sandro Luis Petter Medeiros (Diretor)  
Toshio Nishijima (Vice-Diretor)

**Programa de Pós-Graduação em  
Agronegócios (PPGAGR)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)  
João Pedro Velho (Coordenador Substituto)

**FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA  
E CIÊNCIA - FATEC**

Thomé Lovato (Presidente)  
Manoel Renato Teles Badke (Diretor  
Financeiro)  
Jeferson de Souza Flores (Diretor  
Administrativo)

**EXECUÇÃO DA PESQUISA**

**Núcleo de Pesquisas em Economia do  
Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Pesquisador)  
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)  
Enio Giotto (Pesquisador)  
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)  
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)  
Júlia Laize B. Calgaro (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.03.0068  
Convênio UFSM/FATEC

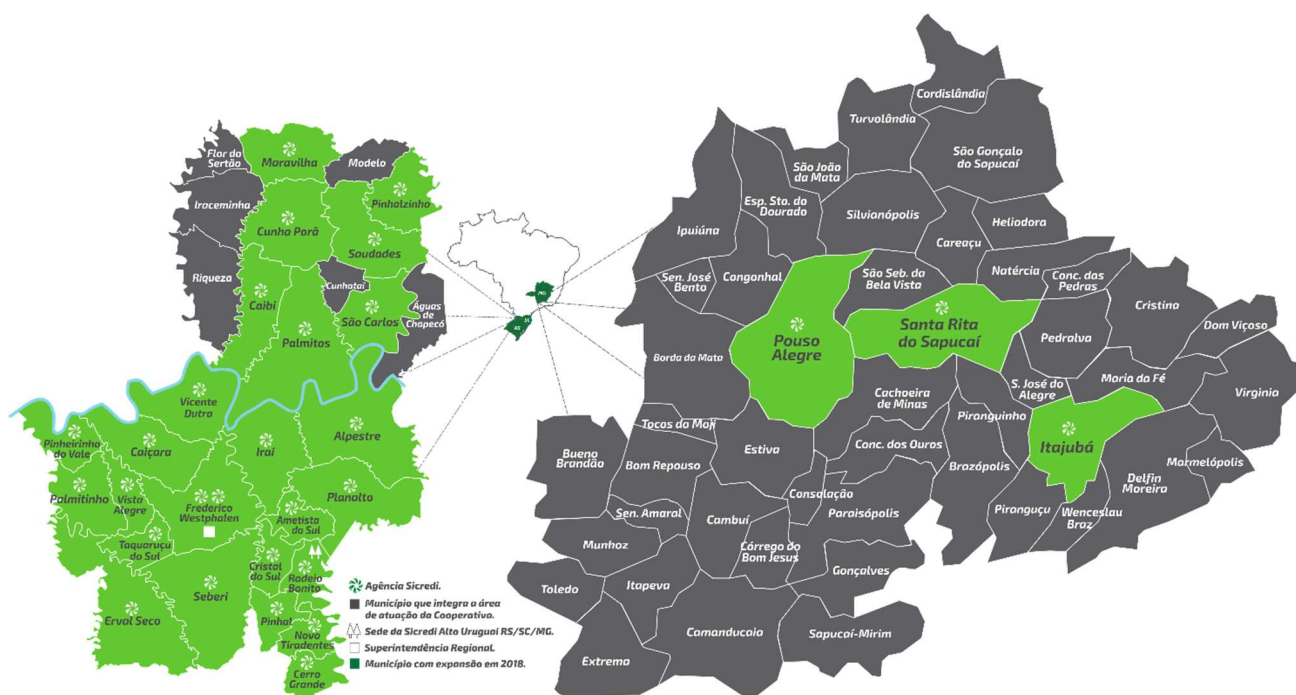
## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA</b> .....	7
2.1. Caracterização demográfica .....	7
2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Caiçara .....	8
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial .....	9
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho .....	12
2.2.3. Análise da Evolução da Produção Agropecuária .....	15
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento .....	24
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação .....	24
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil .....	25
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas .....	26
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal .....	27
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento .....	29
<b>3. AÇÕES POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b> .....	32
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	34
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	37

## 1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em parceria com Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina.

**Figura 1.** Área de abrangência da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.

Esta iniciativa foi construída em cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores da economia e sociedade e não representa posições próprias das instituições envolvidas e nem políticos partidários. Destaca-se, nesta iniciativa, os conhecimentos compartilhados, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor de todos os envolvidos.

Para conhecer a realidade e os níveis de desenvolvimento dos diversos municípios, foram utilizados dados primários e secundários. O levantamento de informações primárias foi

realizado através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios.

As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

As variáveis quantitativas foram analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e as variáveis qualitativas a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Este capítulo, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Caiçara/RS** e está dividido em quatro seções. A primeira se constitui desta introdução. Na segunda apresenta-se a análise do perfil socioeconômico do município em questão. Na terceira seção, estão as principais contribuições das pessoas e entidades desta pesquisa. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla um detalhamento das informações municipais analisadas no relatório "Empreender, Inovar e Transformar: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Regional", no qual é apresentado uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento regional na área de atuação da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e está disponível no site desta organização (<http://www.sicredialtouruguai.coop.br/site/acceleracao-regional.html>).

## 2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Caiçara/RS (2019), o município está situado numa colina entre o Rio da Várzea e o Lajeado Rodeio. Tem posição geográfica determinada pelas coordenadas de 27° 47'05" de latitude sul e 53° 16'88" de longitude oeste, na região no Médio Alto Uruguaí do Estado do Rio Grande do Sul, a uma distância de aproximadamente 432 Km da capital do Estado, Porto Alegre.

A área do município é de 83,25km<sup>2</sup>, o qual está situado a 361m acima do nível do mar. Limita-se somente com municípios do estado do Rio Grande do Sul, a saber, ao norte com Ametista do Sul e Planalto; ao sul com Pinhal e Novo Tiradentes; ao leste com Cristal do Sul; e a oeste com Liberato Salzano.

Uma Comissão Emancipacionista foi instalada em 17 de março de 196, a qual atuou até 20 de dezembro de 1962, quando foi sancionada a Lei Estadual n.º 4.667, de 20 de dezembro de 1963, assinada pelo então Governador Ildo Meneghetti, criando o Município de Caiçara, o qual foi instalado em 15 de abril de 1964, sendo este o "Dia do Município" (Prefeitura Municipal de Caiçara/RS, 2019).

### 2.1. Caracterização demográfica

A colonização se deu por volta de 1922, sendo que, anteriormente, no local somente havia poucos caboclos. A ocupação das terras deu-se com a chegada de migrantes oriundos de diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul. O primeiro nome de Caiçara foi Lagoa da Figueira, tendo Frederico Westphalen como município de origem.

Neste ano de 2019, o IBGE (2019) estima que a população seja de 4.743 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 5.071 habitantes.

**Tabela 1.** População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
Urbano	749	28,9749	845	33,99	1594	31,43
Rural	1836	71,0251	1641	66,01	3477	68,57
<b>Total</b>	<b>2585</b>	<b>100,00</b>	<b>2486</b>	<b>100,00</b>	<b>5071</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme é possível observar na Tabela 1, cerca de 69% da população de Caiçara vive na zona rural, fato que reforça os traços agrícolas do município.

Do contingente populacional total (rural e urbano), cerca de 19% tem até 14 anos, 21,97% de 15 a 29 anos, 41,57% de 30 a 59 anos e 17,02% 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

**Tabela 2.** População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	519	20,08	467	18,79	986	19,44
15-29 anos	584	22,59	530	21,32	1114	21,97
30-59 anos	1101	42,59	1007	40,51	2108	41,57
60 ou mais	381	14,74	482	19,39	863	17,02
<b>Totais</b>	2.585	100,00	2.486	100,00	5071	100,00

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme a Tabela 2 observa-se que mais de 60% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

Quanto a estratificação por sexo, percebe-se na Tabela 2 que existe equilíbrio na população, sendo composta por 50,98% pessoas do sexo masculino e 49,02% do feminino. Quando se lança o olhar para o meio rural, a população masculina representa 50,8%

## 2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Caiçara

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real<sup>1</sup>), o Valor

<sup>1</sup> De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".

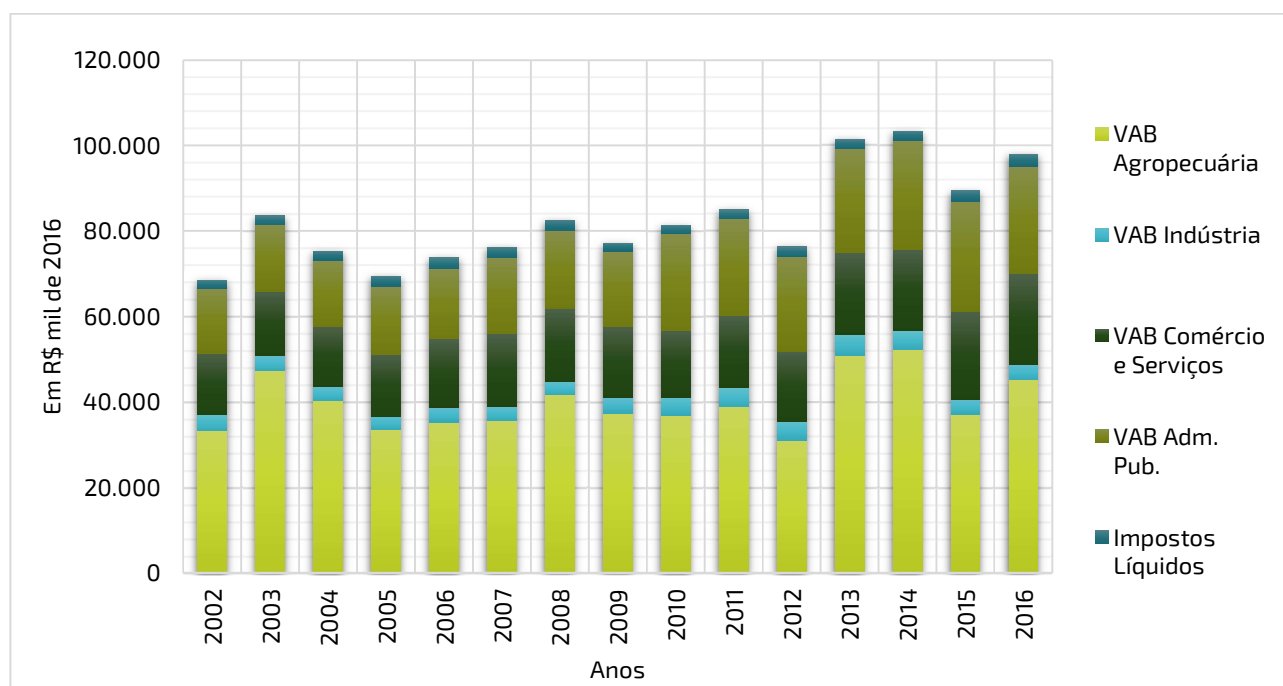


Agregado Bruto dos diferentes setores da economia<sup>2</sup>, o PIB real *per capita*<sup>3</sup>, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

### 2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

Entre 2002 e 2014, o PIB Real do município evoluiu de R\$ 68,53 milhões para R\$ 97,92 milhões. Nos períodos de 2013 e 2014, a magnitude do PIB destoou dos demais anos, ficando em R\$ 101,416 mi e R\$ 103 mi, respectivamente (Figura 2).

**Figura 2.** Evolução do Valor Agregado Bruto Real (em R\$ Mil 2016) no município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

<sup>2</sup> De acordo com PESSOA (2017), o ou Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

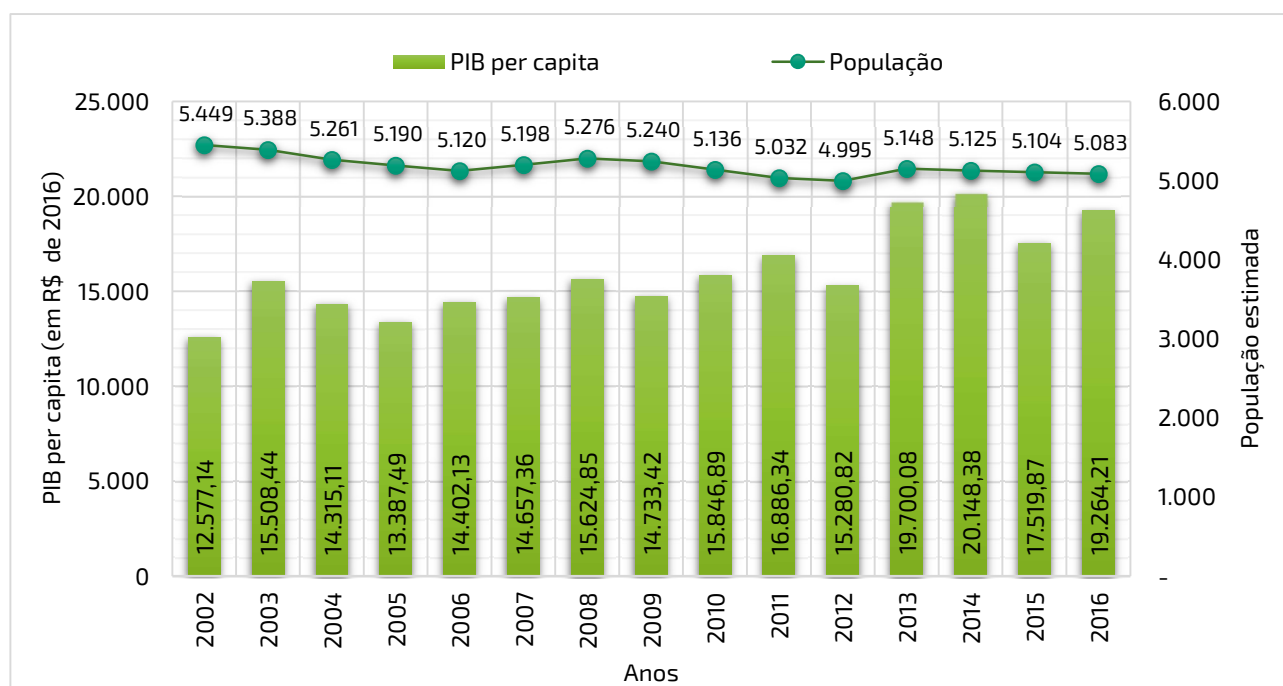
<sup>3</sup> Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".

Neste período, a agropecuária se constituiu como o setor com maior capacidade de geração de riquezas, R\$ 45,181 mi em 2016. Em segundo lugar, vem a administração pública, que em 2016 gerou R\$ 25,129 mi.

O segmento de serviços exceto a administração pública fica em terceiro lugar com R\$ 21,225 mi em 2016. Na média do período, a agropecuária representou, aproximadamente, 49% do valor agregado geral, a administração pública em torno de 20%, o setor de serviços, a indústria os impostos por volta de 18%; 4% e 3%, respectivamente.

Analisando o período, o PIB cresceu 42,88% frente a um decréscimo populacional de 6,72%. A combinação do crescimento do PIB com a redução da população, definiu uma taxa de crescimento do PIB *per capita* superior ao PIB, ou seja, de 53,17% (Figura 3).

**Figura 3.** Produto Interno Bruto *per capita* (em R\$ de 2016) e população estimada do município: 2002 a 2016

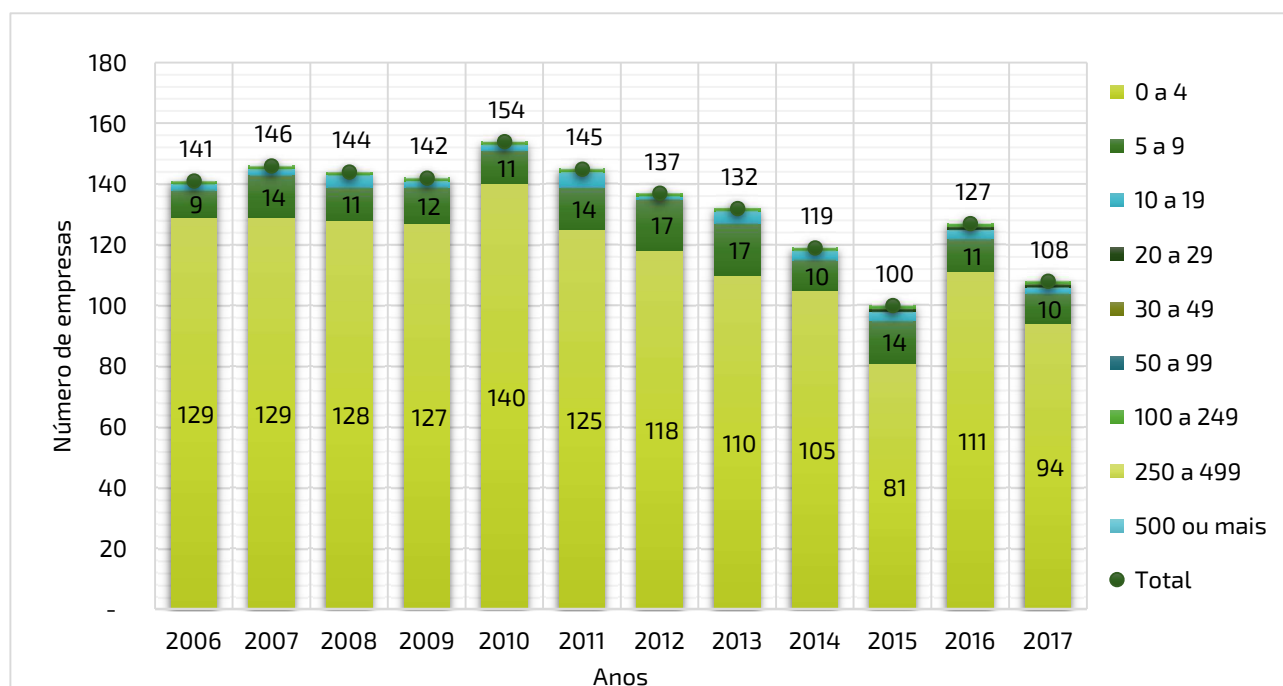


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos gerais, a atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas e organizações que empregam de 0 a 4 empregados, pois no período de 2006 a 2017, em média, esse grupo representou 87,59% do total de empresas e organizações cadastradas no município.

Pontualmente em 2017, as empresas e organizações que empregavam de 0 a 4 empregados representaram 87,04% das empresas e organizações do município. Enquanto somente 14 empresas e organizações empregavam mais de quatro funcionários, conforme é possível observar na Figura 4.

**Figura 4.** Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2017

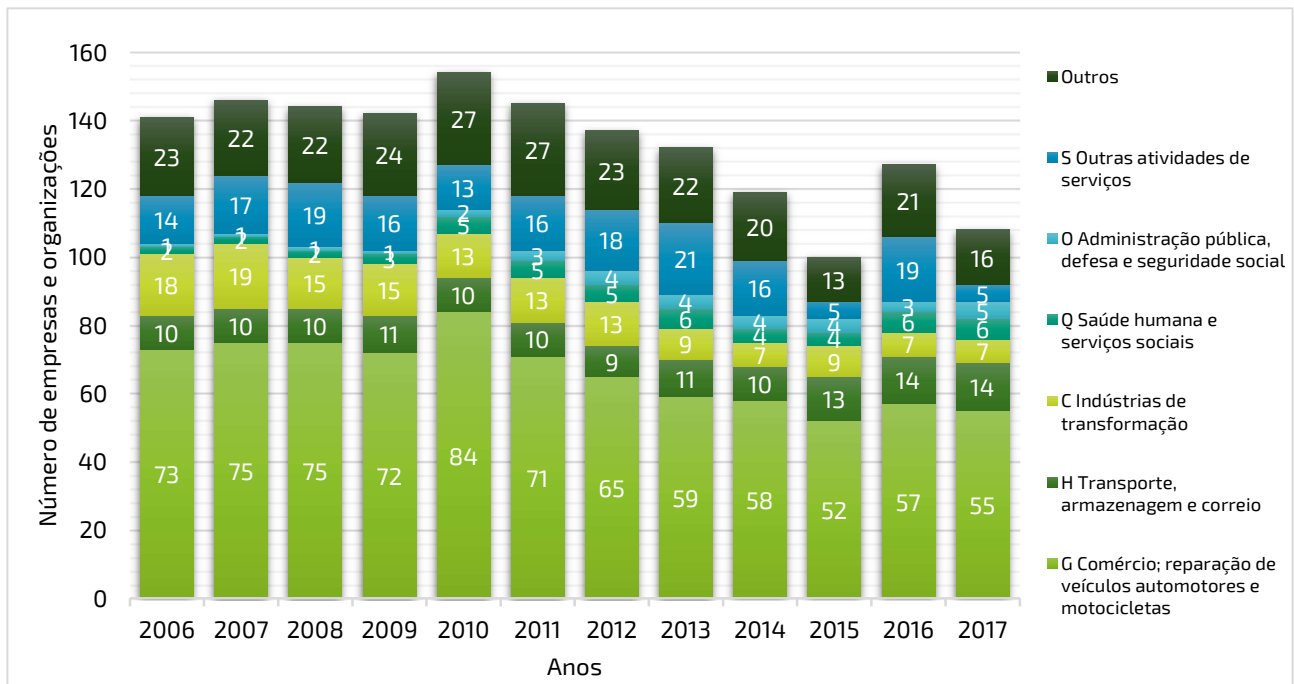


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Apresenta-se na Figura 5 a evolução no número de empresas e organizações de todos os segmentos da economia municipal. O segmento de comércio e oficinas mecânicas agregou o maior número de empresas e organizações em 2017 (55, equivalente a 50,93% do total). Na média entre 2006 e 2017 esse percentual ficou em torno de 49,91%.

De 2013 a 2017, o setor de transporte experimentou um crescimento de 27,27%, chegando em 2017 com 14 empresas e organizações. Observa-se que ao longo do período de 2012 a 2017 houve uma retração no número de empresas e organizações, saindo de 137 em 2012 para 108 empresas e organizações em 2017, ou seja, uma redução de 21,17%.

**Figura 5.** Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017

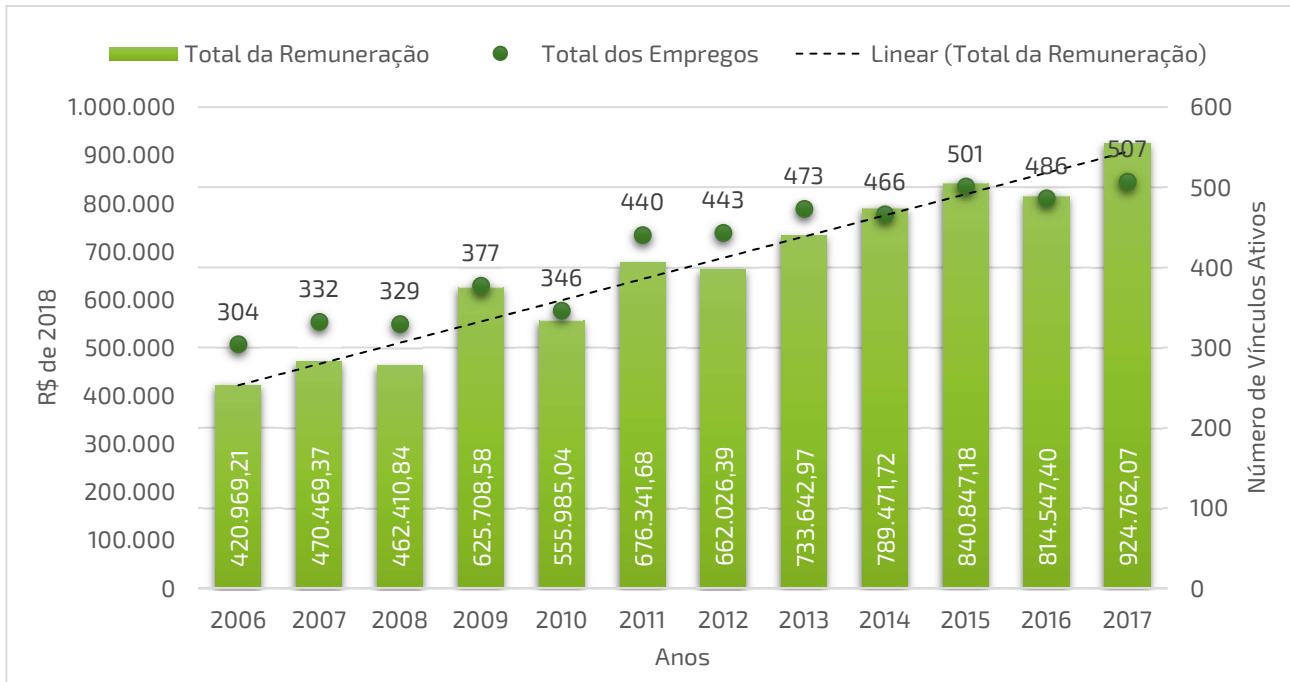


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

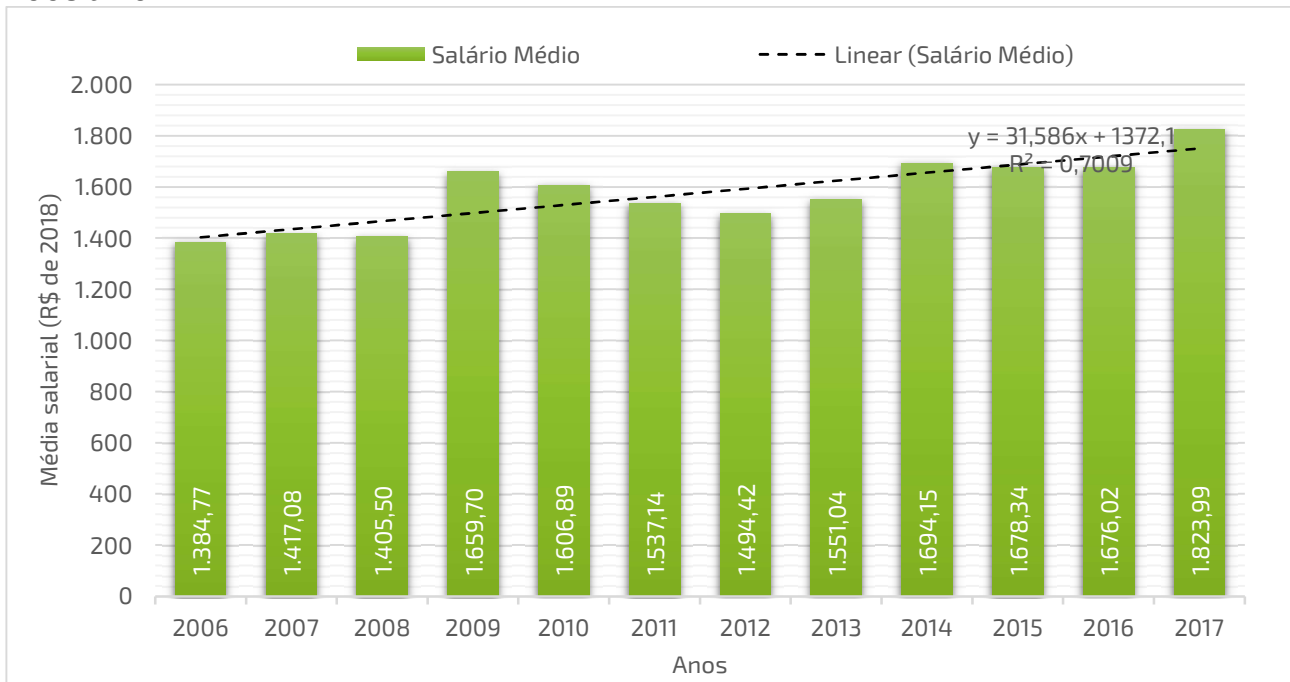
### 2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

A partir da Figura 6, observa-se que o município tem elevado o número de empregos e da massa salarial, partindo de 304 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 420,969 mil/mês em 2006 para 507 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 924,762 mil/mês em 2017.

**Figura 6.** Número de empregos formais e remuneração (em R\$ de 2018): 2006 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

**Figura 7.** Remuneração média (em R\$ de 2018) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2017

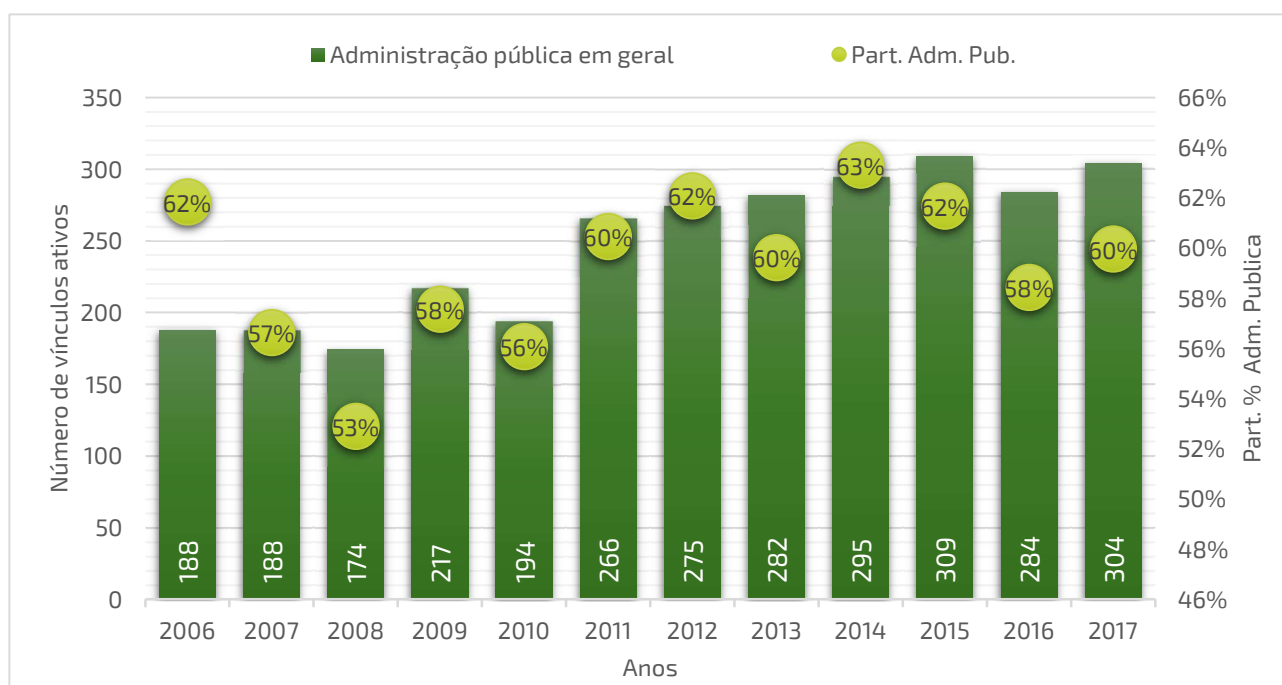
Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Na Figura 7 é possível observar a remuneração média dos trabalhadores. Neste contexto, observa-se um crescimento de R\$ 1.384,77 para R\$ 1.823,99 entre 2006 e 2017. Contudo,

apesar do aumento, os salários médios ainda são inferiores aos salários médios da região e do estado do Rio Grande do Sul.

Na Figura 8 demonstra-se a participação relativa dos postos de trabalho do setor público na economia do município. Observa-se que essa participação oscilou entre 53% e 63%, mas concluiu o ano de 2017 com 60%, ou seja, 6 em cada 10 empregados com carteira de trabalho assinada estão vinculados ao setor público no município. Estes empregos estão vinculados à saúde pública, educação pública, administração pública e poder legislativo, entre outras carreiras públicas.

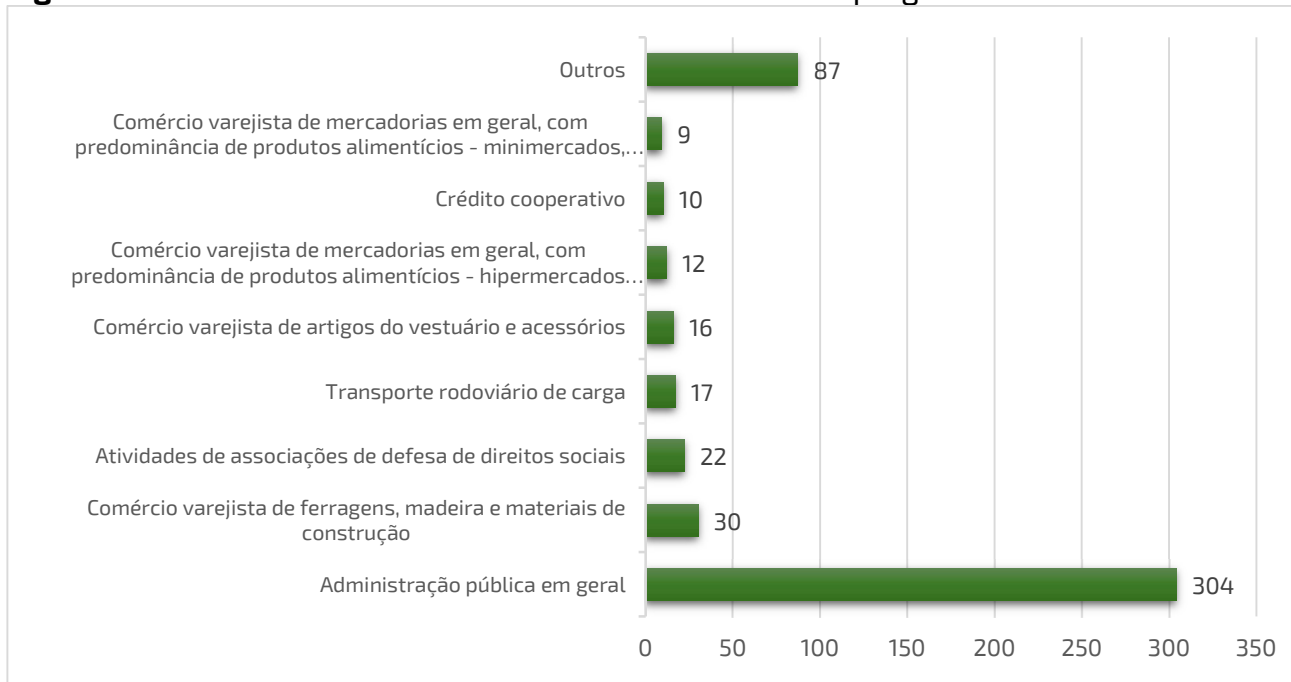
**Figura 8.** Número de empregos da Administração Pública em Geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Com o objetivo de aprimorar a caracterização do total de empregos formais gerados em 2017, apresenta-se a Figura 9, onde é possível verificar a estratificação pelas diversas áreas de atividade econômica no município, onde fica caracterizado o papel da Administração Pública em Geral<sup>4</sup>, gerando 304 postos de trabalho.

<sup>4</sup> Código CNAE 84.11-6

**Figura 9.** Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

### 2.2.3. Análise da Evolução da Produção Agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído fundamentalmente por pequenas propriedades.

**Tabela 3.** Estrutura fundiária do Município: 2019

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	909	8.825,83	77,03	51,68
1-2	233	6.054,84	19,75	35,45
2-3	29	1.438,76	2,46	8,42
3-4	7	473,10	0,59	2,77
4-5	1	80,81	0,08	0,47
5-6	0	0	-	-
6-7	0	0	-	-
7-8	0	0	-	-
8-9	0	0	-	-
9-10	0	0	-	-
10-11	1	205,38	0,08	1,20
	<b>1.180,00</b>	<b>17.078,72</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

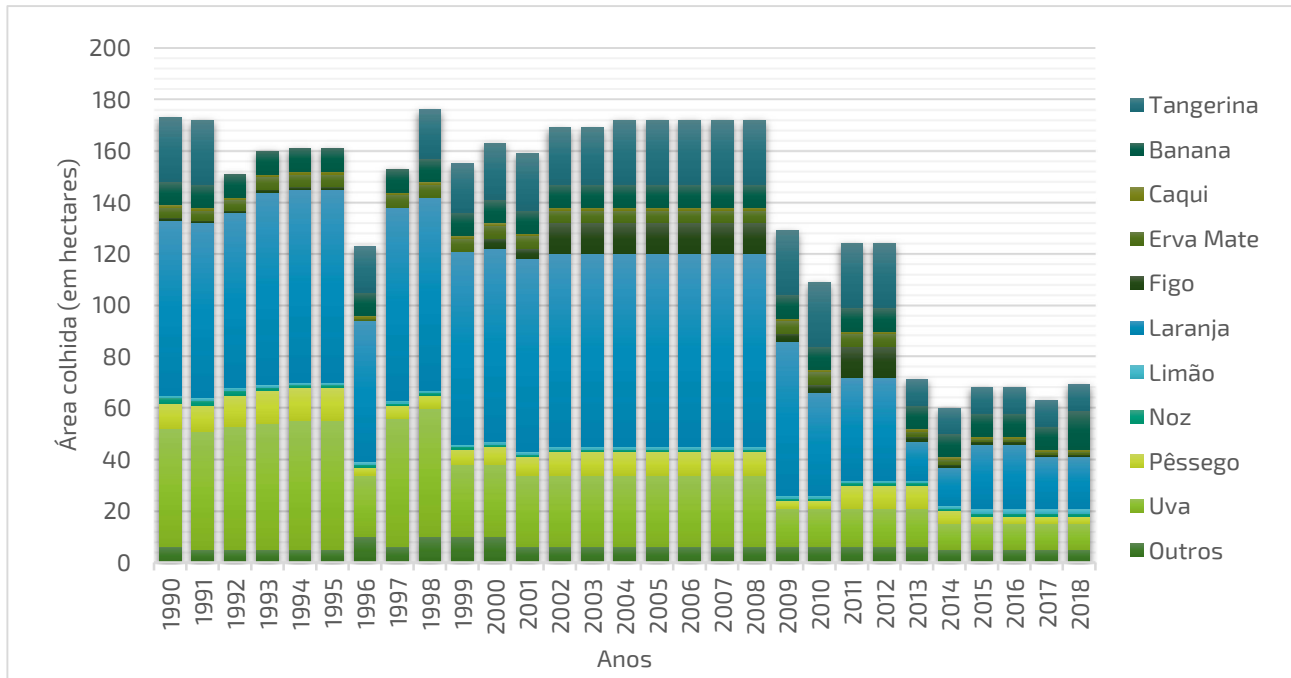
Conforme é possível observar na Tabela 3, cerca de 77% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 20 hectares) e concentram cerca de 51% da área; 19,75% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 35,45% da área total dos estabelecimentos do município.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural também permitem identificar que cerca de 99% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam cerca de 95% da área dos imóveis rurais.

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 63 hectares para culturas perenes e 8.710 hectares de lavoura temporária.

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2019), permite observar que a área colhida de lavoura permanente variou de 173 para 69 hectares no período 1990 – 2018. Na Figura 10 é possível observar a evolução global do segmento de produção das culturas perenes.

**Figura 10.** Área Colhida de culturas de lavoura permanente: 1990 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Nas lavouras perenes, observa-se a concentração na cultura de citros, mais especificamente na cultura da laranja e tangerina com uma média entre 1990 a 2018 de

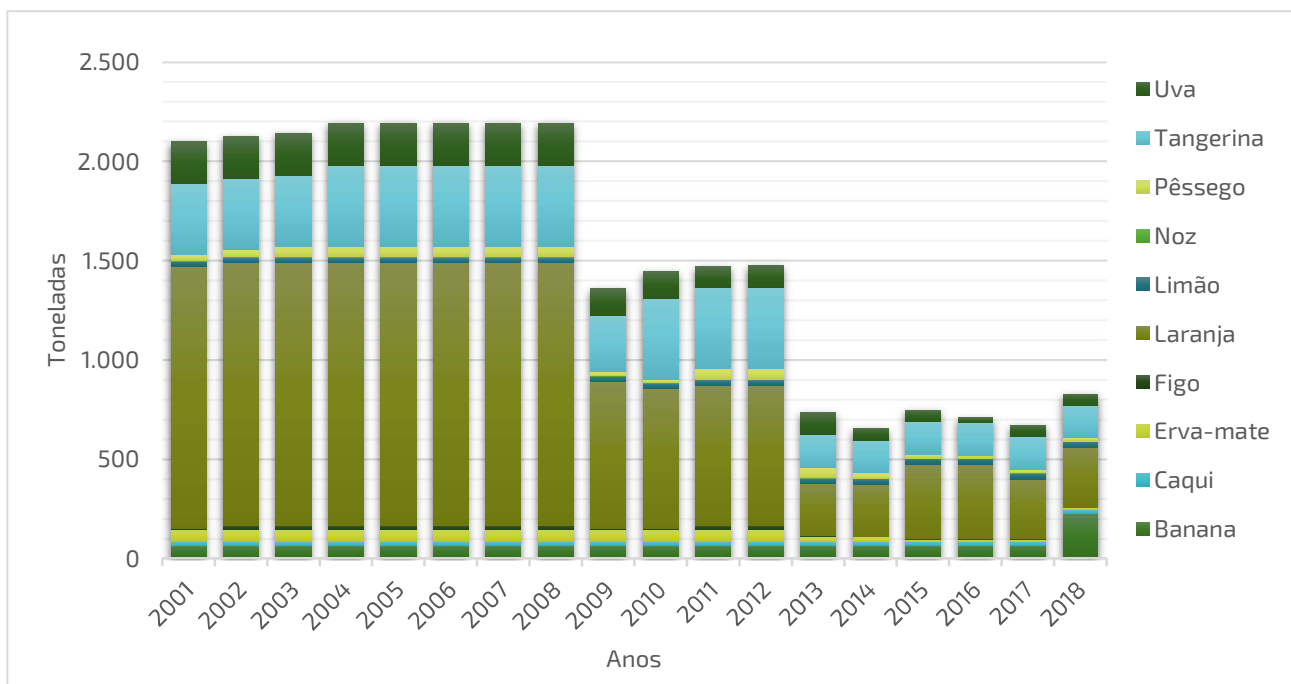


58 e 20 hectares respectivamente. Verifica-se uma redução da área cultivada de 68 para 20 hectares na laranja e de 25 para 10 hectares na tangerina de 1990 para 2018.

Em 2018, a produção de laranja alcançou cerca de 300 toneladas e a produtividade foi de aproximadamente 15 toneladas por hectare, 75% da média da produtividade verificada na cultura na região do Alto Uruguai (RS). A produção de tangerina foi de 163 toneladas, o que representa uma produtividade de 16,3 toneladas por hectare, também abaixo da produtividade média do RS que é de 20 toneladas por hectare.

Na Figura 11 apresenta-se a evolução global da produção. Nesta, destaca-se que as maiores produções da lavoura permanente em 2018 foram de laranja (300 toneladas), banana (225 toneladas) e tangerina (163 toneladas).

**Figura 11.** Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente: 2001 – 2018



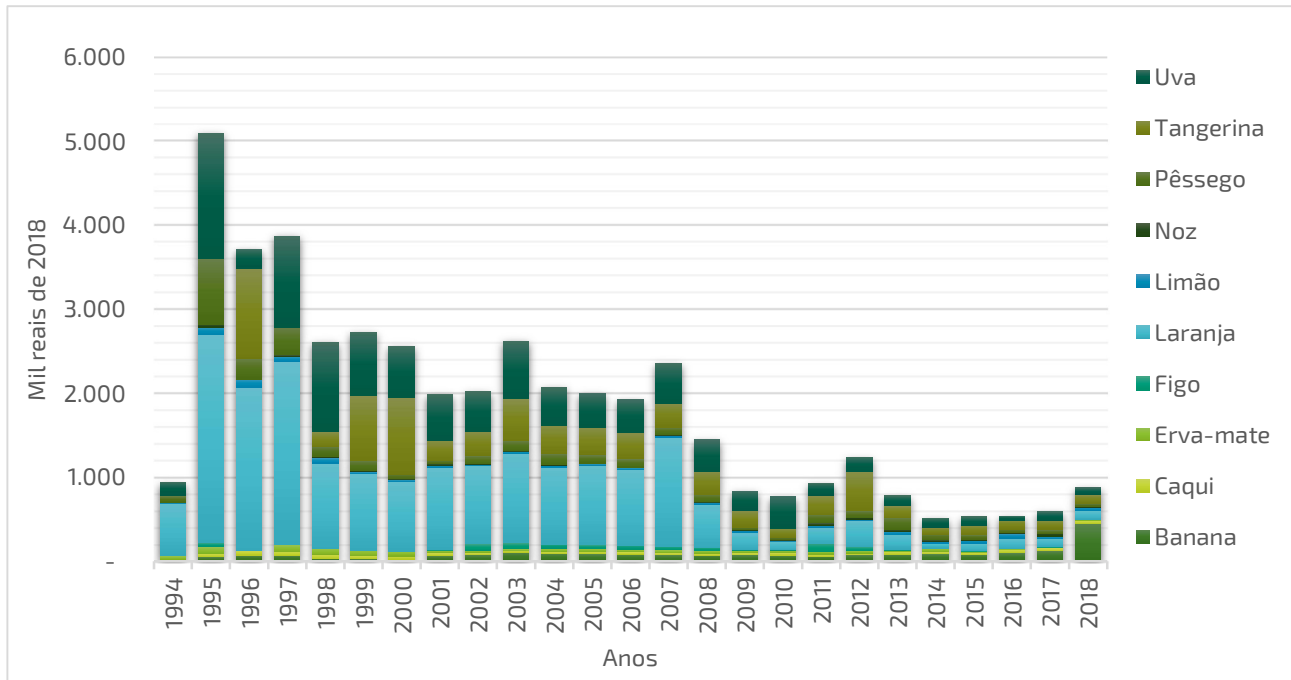
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Entre 2001 e 2008 a atividade apresentou sinais de estagnação, mas a partir de 2009 foi reduzindo paulatinamente, de tal modo que o volume produzido em 2018 representou 39% do volume produzido em 2001.

Apresenta-se, na Figura 12, a evolução do valor da produção da lavoura permanente deflacionado pelo IGP-DI base de 2018. A cultura da laranja é a mais relevante, com um

valor médio para o período de 1990-2018 de R\$ 758,46 mil, com um valor médio da caixa de 40,8 kg de R\$ 9,50.

**Figura 12.** Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A segunda cultura em valor da produção foi a uva, com um faturamento médio no período de R\$ 427,86 mil, e valor médio por quilo de R\$ 2,07. A tangerina e o pêssego vieram na sequência com valores de R\$ 323.706,05 e R\$ 124.732,51 respectivamente.

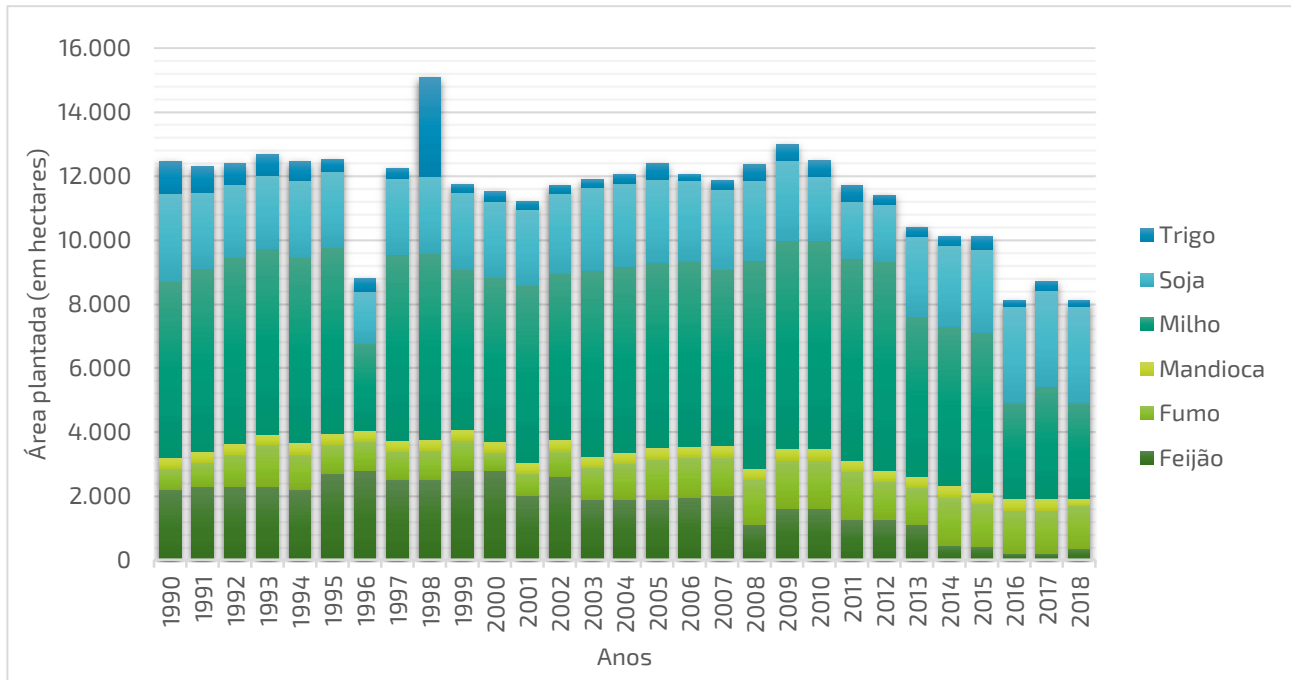
Por outro lado, destaca-se que entre 1995 e 2014 a tendência de foi de forte retração na produção de culturas permanentes. A partir de 2014 o segmento iniciou uma pequena recuperação, mas ainda está em patamar inferior a 20% do que já representou no melhor ano (1995).

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar através da Figura 13, uma redução geral na área das culturas analisadas, que passaram de 12.460 para 8.110 hectares plantados no período 1990 – 2018.

As culturas de feijão, trigo e milho foram as mais impactadas pela redução na área, que foi, respectivamente de -84,5%, -80% e -45,45%. Embora o trigo não represente um valor

significativo em relação à área total, ainda assim teve uma perda proporcional significativa.

**Figura 13.** Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1990 - 2018



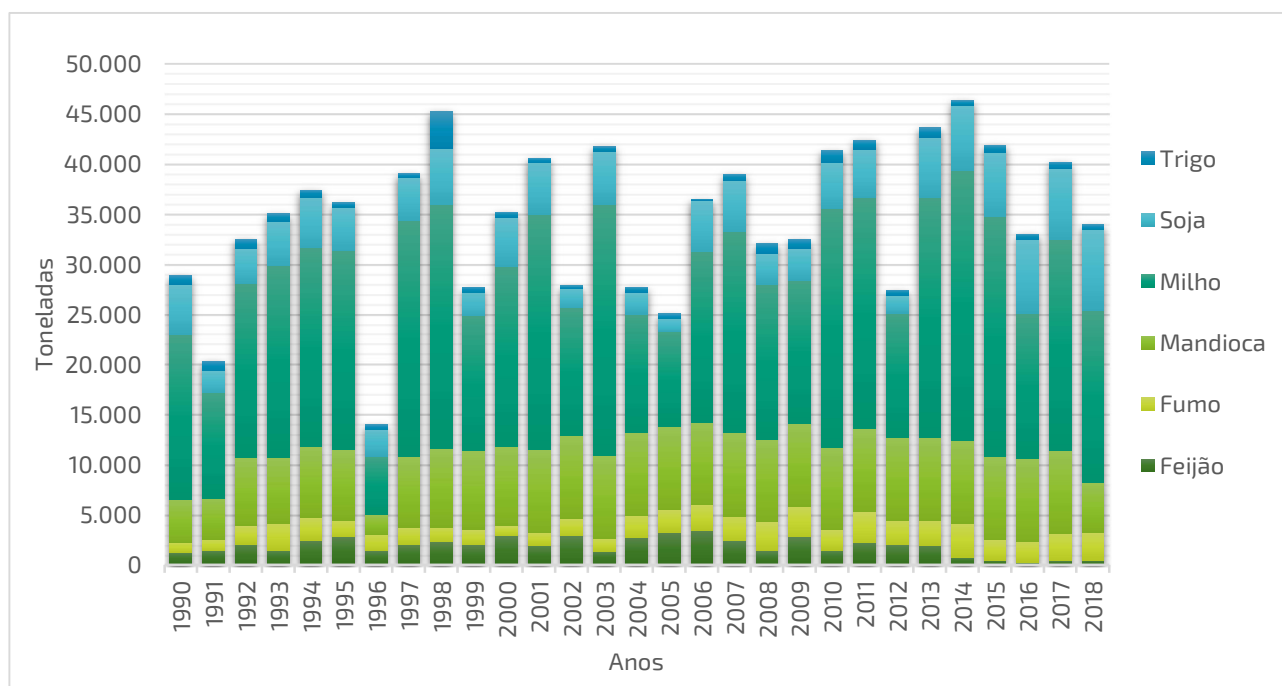
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Por outro lado, o fumo experimentou uma trajetória de crescimento até 2011 e, apesar das oscilações no período, cresceu na comparação 1990 - 2018, de 650 hectares para 1.350 hectares (107,69%).

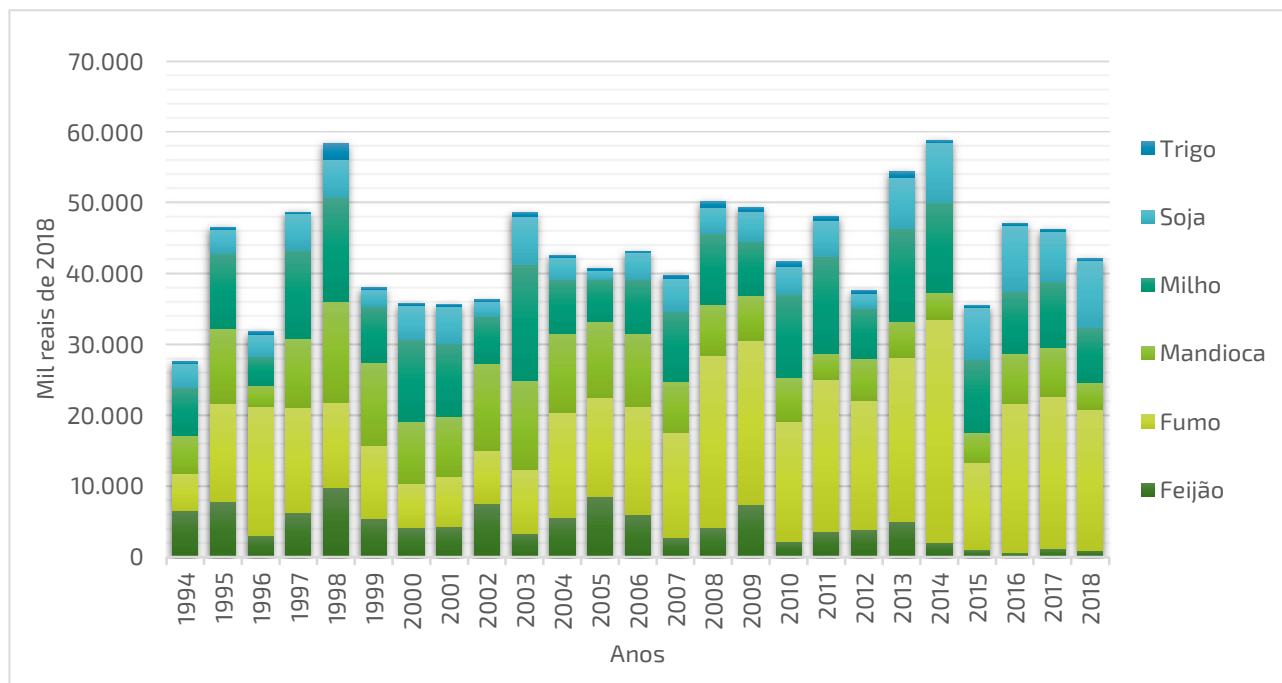
Na Figura 14 é possível observar oscilações significativas no volume de produção das culturas em geral, com exceção das culturas do feijão e do trigo, que tiveram uma redução da produção de 62,56% e 46,67%, respectivamente, no período de 1990 para 2018.

As culturas temporárias que apresentaram maior crescimento da quantidade produzida foram fumo e soja, com 179,48% e 6,3,64% respectivamente.

Todas as culturas apresentaram aumento de produtividade ao longo do período de 1990 a 2018. O trigo, embora tenha diminuído a área em 80%, foi a cultura com maior aumento de produtividade, 166,67%. Em seguida, o feijão com 142%, a mandioca com 93% e o milho com 90%. A produtividade do fumo apresentou aumento de 34%.

**Figura 14.** Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária em: 1990 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

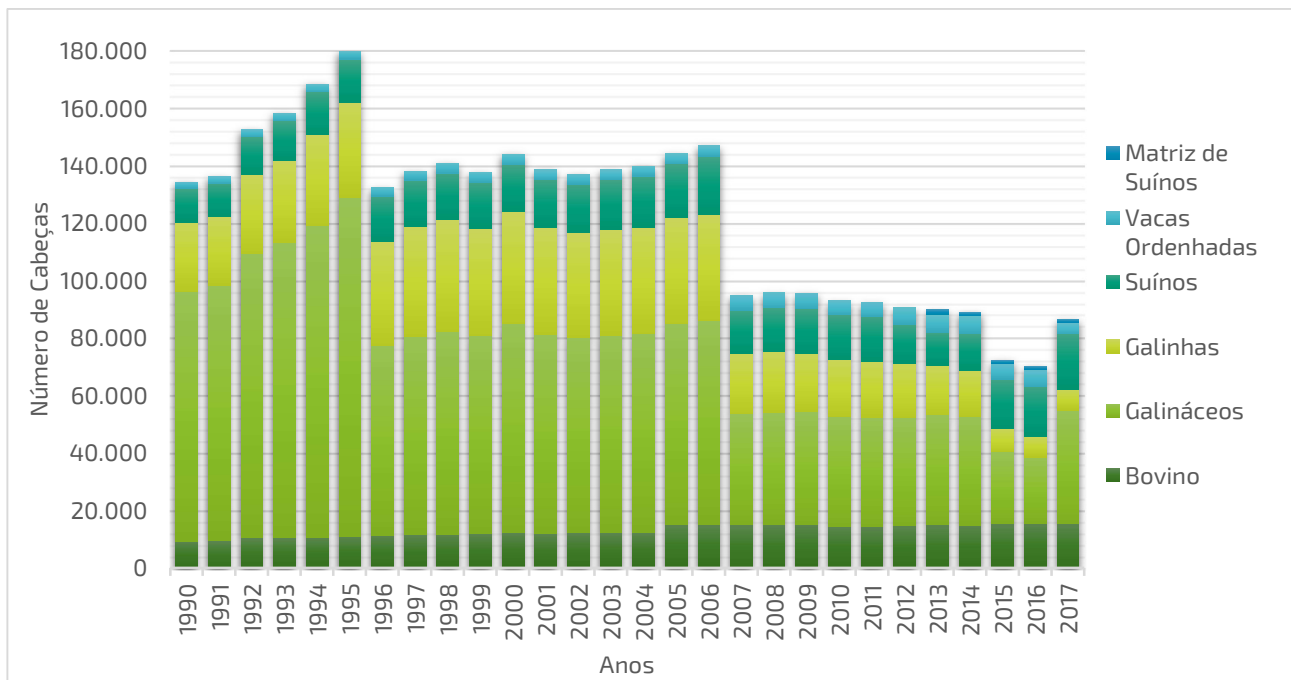
**Figura 15.** Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos reais<sup>55</sup>, é possível observar, a partir da Figura 15, que o valor da produção da lavoura temporária alcançou cerca de R\$ 27,6 milhões em 1994 e R\$ 42,1 milhões em 2018. O valor mais alto da série analisada ocorreu em 2014, quando a produção totalizou R\$ 58,76 milhões.

Em 2018, a cultura do fumo foi a de maior valor de produção, fechando o ano em R\$ 19,98 milhões. A segunda cultura temporária foi a soja, que fechou 2018 em R\$ 9,49 milhões. Em seguida, o milho, com R\$ 7,70 milhões, a mandioca com R\$ 3,80 milhões, o feijão com 877 mil e o trigo com R\$ 272 mil, constituem o mosaico da lavoura temporária no município.

**Figura 16.** Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1990 - 2017



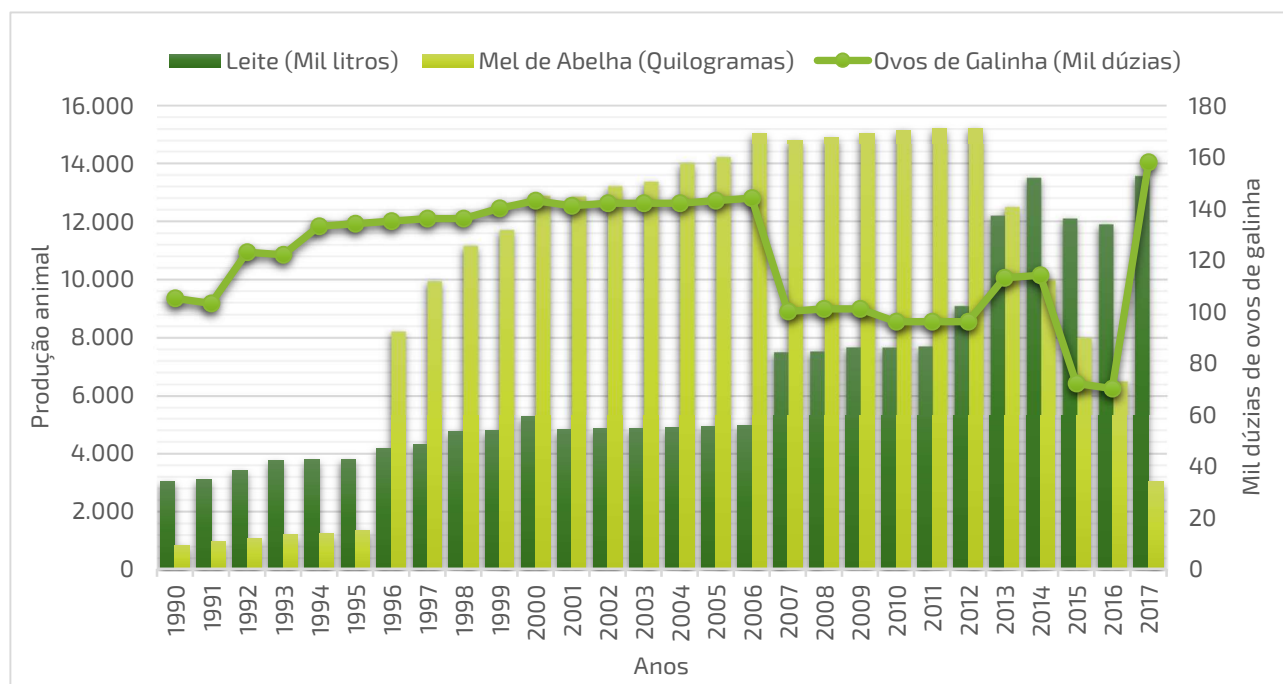
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, a Figura 16 mostra uma tendência de redução de alguns dos rebanhos, como galináceos e galinhas que de 1990 a 2017 tiveram uma redução de 54% e 70% respectivamente. Por outro lado, vacas leiteiras, bovinos e suínos, cresceram o plantel em 75,92%, 68,55%, e 65,11% respectivamente.

<sup>55</sup> Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

A partir da Figura 17 é possível observar que a produção leiteira comercial no município em 1990 foi de 3 milhões de litros com uma produtividade de 5 litros/vaca/dia. Já em 2017 a produção foi de 13,56 milhões de litros em que se observou uma produtividade de 12 litros/vaca/dia em 2017. Uma expansão de 155% no período.

**Figura 17.** Produção animal: 1990 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

De 1990 até 2006 a produção situou-se ao redor de 3 a 4 milhões de litros ano, contudo, a partir de 2006 a produção aumentou de 7 milhões para 13,56 milhões em 2017. No ano de 2017 a produtividade média do município alcançou a média do estado do RS, que é de 12,6 litros/vaca/dia<sup>6</sup>.

A produção de mel no município foi incrementada a partir de 1996, quando alcançou um volume de 8,2 mil quilos frente aos 1,32 mil quilos de 1995. Essa produção experimentou aumentos significativos até 2012, quando foram produzidos de 15,22 mil quilos de mel. A partir desse ano a produção iniciou uma trajetória de queda, chegando em 2017 com uma produção de apenas 3 mil quilos.

<sup>6</sup><http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/sistema-de-producao-animal/bovinos-de-leite.php#.Xc2lC69v-M8>

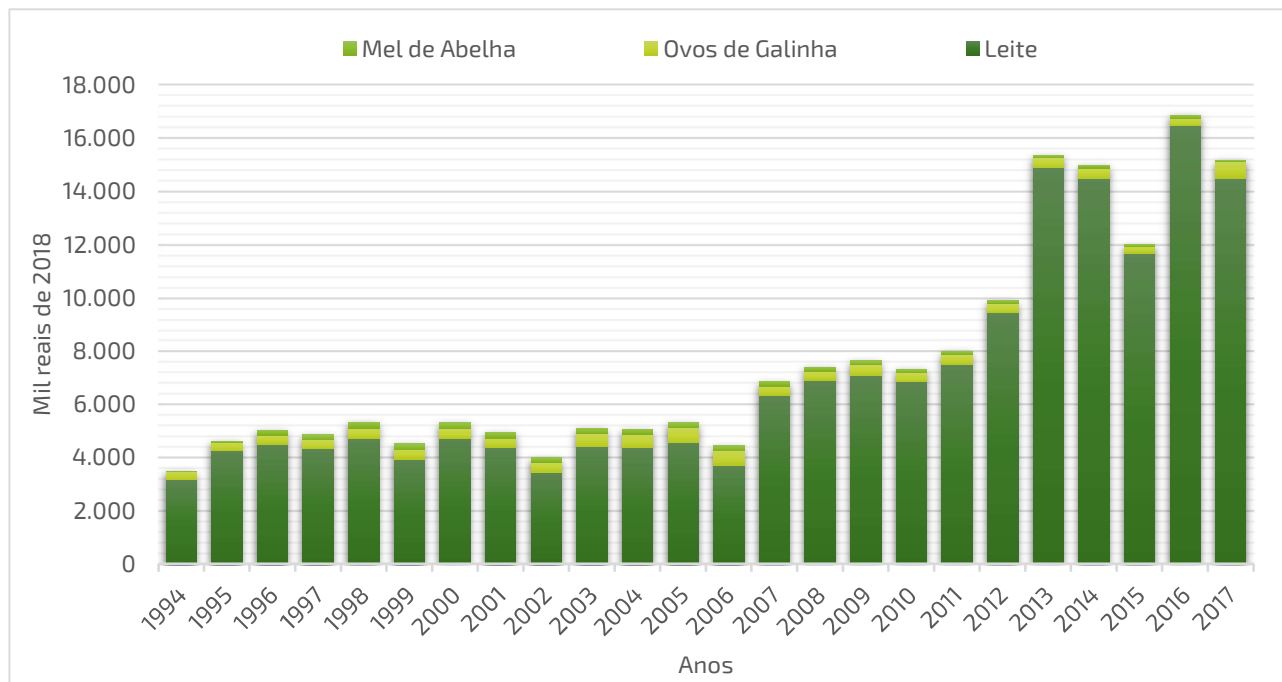
A produção de ovos elevou-se de 1990 a 2006, ao passar de 105 mil dúzias para 144 mil dúzias. A partir de 2007, a produção declinou até que, em 2018, alcançou 158 mil dúzias.

Apesar da baixa produtividade do rebanho leiteiro, essa ainda é a atividade de maior impacto no valor da produção animal, e apresenta uma trajetória de crescimento a partir de 2007, quando o valor da produção leiteira sai de R\$ 6,33 milhões para chegar em 2017 no patamar de R\$ 14,485 milhões.

Por sua vez, o valor da produção de ovos manteve-se estável até 2002, ao redor de R\$ 300 mil. Nos quatro anos seguintes (2003 a 2006) subiu para o patamar de R\$ 500 mil, entretanto, decresceu e girou em torno de R\$ 350 mil até 2016. Já em 2017, atinge a cifra de R\$ 622 mil.

O valor real da produção de mel tem passado por oscilações, partindo de R\$ 12 mil em 1994, R\$ 190 mil em 2003, R\$ 153 mil em 2008 e R\$ 53 mil em 2017, conforme é possível verificar na Figura 18.

**Figura 18.** Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Apesar da tendência produtiva de baixa para muitos produtos agropecuários, o valor da produção evoluiu de R\$ 32 milhões para R\$ 43 milhões entre 1994 e 2017.

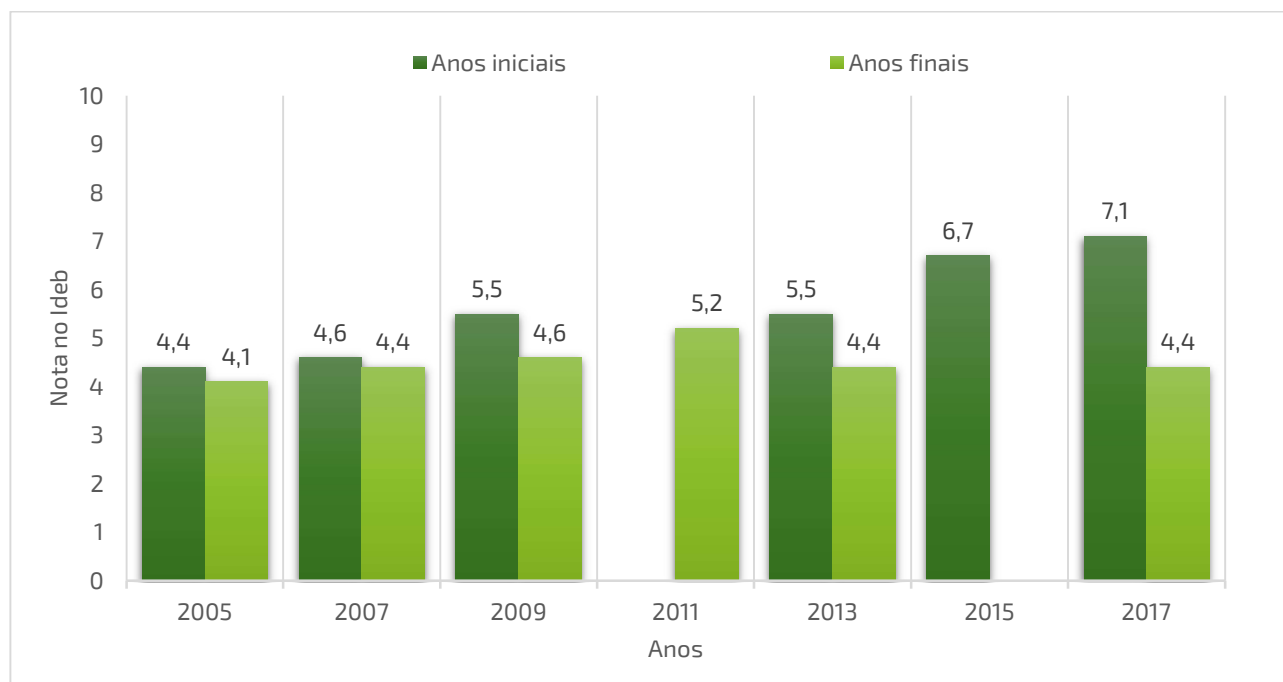
## 2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

### 2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) foi de 97,1%, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 498 matrículas no ensino fundamental e 131 no ensino médio. Em 2018, cerca de 35 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 14 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 3 escolas no ensino fundamental e 1 escola no ensino médio.

**Figura 19.** IDEB das escolas do município de Caiçara/RS: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

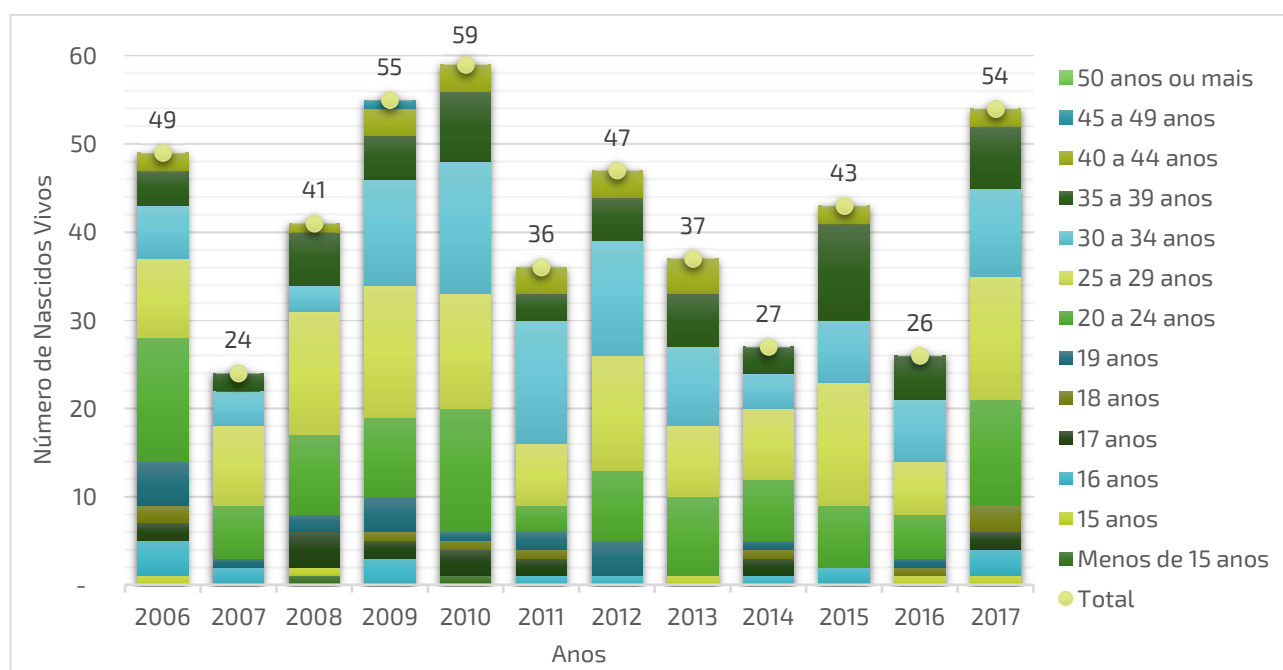


O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>7</sup> tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 19. Neste sentido, pode-se perceber que a educação dos anos iniciais evoluiu de 4,4 em 2005 para 7,1 em 2017. Em relação aos anos finais da educação, percebeu-se um aumento de 0,3 pontos entre 2005 e 2017, quando parte de 4,1 para alcançar o índice de 4,4.

### 2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

De acordo com estatísticas do IBGE (2019), o município apresenta oscilações no número de nascimentos, mas, de forma geral, tem-se um crescimento partindo de 49 nascidos vivos em 2006 para 54 em 2017. Destaca-se que as mães com idades entre 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e as de 30 a 34 anos são responsáveis pelo maior número de partos (Figura 20).

**Figura 20.** Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Caiçara/RS: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

<sup>7</sup> Este índice varia numa escala de 0 a 10, onde, de acordo com a meta do MEC, o Brasil precisa alcançar até 2021 a média 6 nos anos iniciais do ensino fundamental. O indicador é divulgado a cada dois anos e é calculado com base nos dados do Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), como a Prova Brasil.

Em 2017 foram registrados 6 partos em mães com menos de 18 anos (11,11% do total de partos), entre as quais, uma com menos de 15 anos. Apesar de não representar uma proporção elevada, chama atenção a precocidade destas crianças e adolescentes mães. Por outro lado, neste mesmo ano foram registrados 2 partos de mães com mais de quarenta anos.

A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2016, houve 1 óbito para 24 nascidos vivos, o que uma taxa de mortalidade infantil de 41,67 (óbitos por 1000 nascidos vivos). Em 2017 houve 1 registro de mortalidade infantil e a taxa de mortalidade infantil de 18,52 para 1.000 nascidos vivos.

Enquanto que, "A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 18.52 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 5.9 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 85 de 497 e 30 de 497, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1289 de 5570 e 568 de 5570, respectivamente." (IBGE, 2019).

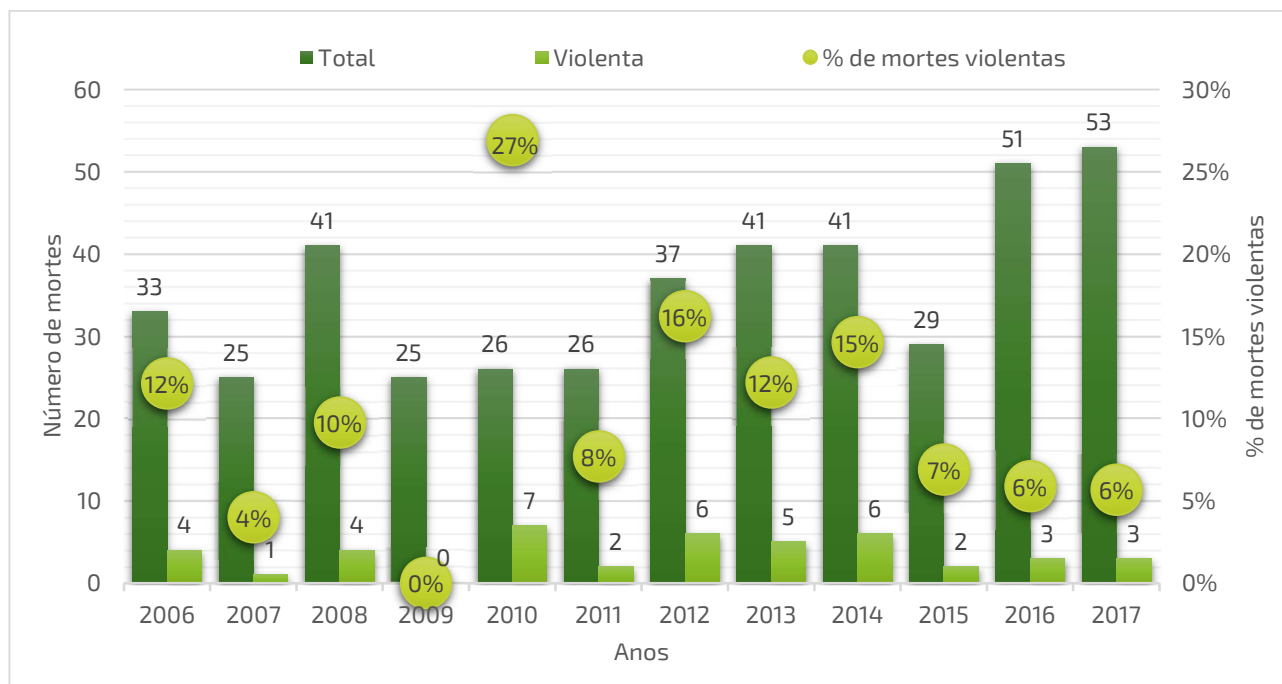
### **2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas**

Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o número de mortes violentas variou de 12% para 6% entre 2006 e 2017; em 2010 chegou a alcançar 27%, ano em que foram registradas 7 mortes violentas de um total de 26 mortes ocorridas no município.

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2009 com 25 mortes, sendo que nenhuma foi de morte violenta. Já o maior número de mortes ocorreu no ano de 2016 em um total de 51 mortes, sendo que 3 destas foram de forma violenta.

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 428 óbitos, dos quais 43 ocorreram de forma violenta (10,05%), conforme pode ser observado na Figura 21.

**Figura 21.** Óbitos, por natureza, em Caiçara/RS: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 10% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

### 2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

“O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes” (FIRJAN, 2019).

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

**Quadro 1.** Resumo dos Componentes do IFDM

<b>Emprego &amp; Renda</b>	<b>Educação</b>	<b>Saúde</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geração de empregos formais</li> <li>• Taxa de formalização do mercado de trabalho</li> <li>• Geração de renda</li> <li>• Massa salarial real no mercado de trabalho formal</li> <li>• Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento à educação infantil</li> <li>• Abandono no ensino fundamental</li> <li>• Distorção idade-série no ensino fundamental</li> <li>• Docentes com ensino superior no ensino fundamental</li> <li>• Média de horas aula diárias no ensino fundamental</li> <li>• Resultado do IDEB no ensino fundamental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporção de atendimento adequado de pré-natal</li> <li>• Óbitos por causas mal definidas</li> <li>• Óbitos infantis por causas evitáveis</li> <li>• Internação sensível à atenção básica (ISAB)</li> </ul>
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Extraído de FIRJAN (2019).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM.

Neste sentido:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

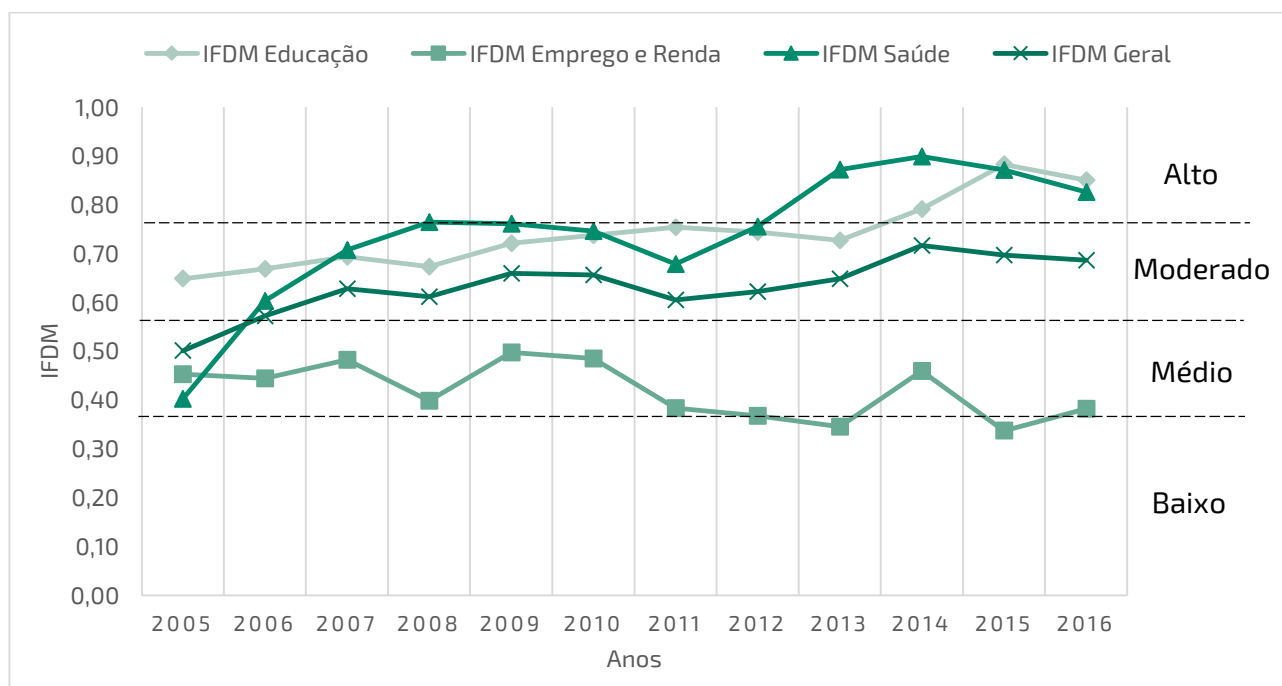
Neste sentido, de acordo com a Figura 22, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016. Por outro lado, a área relativa o emprego e renda obteve o menor índice no período estudado, o que reflete as condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local.

Observa-se que o município teve oscilações no emprego e renda do ano de 2005 para 2010, experimentando uma trajetória de queda de 2010 a 2013, subindo em 2014, voltando

a cair em 2015, com leve recuperação em 2016, estabilizando no período de 2010 a 2014, e voltando a oscilar a partir desse período.

Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado moderado com um índice médio de 0,6335.

**Figura 22.** Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal: 2005 - 2016



Fonte: FIRJAN (2019).

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

## 2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e ao rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que Caiçara possui "30.4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 95.5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 36% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 334 de 497, 99 de 497 e 108 de 497, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3097 de 5570, 826 de 5570 e 926 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui cerca de 18.923,80 hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 17.078,71 hectares.

Destes, cerca de 10,76% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), 16,93% como Reserva Legal e 74,77% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

**Tabela 4.** Perfil Ambiental do Município: 2019

<b>Elemento ambiental</b>	<b>Valor de Referência</b>	<b>%</b>
Área total do município (ha):	18.923,80	
Número de imóveis rurais	1180	
Área total dos imóveis rurais	17.078,71	90,25
Área média:	14,47	
Área mínima/máxima:	0,18 / 205,38	
APP	1.837,60	10,76
APP - Recomposição	33,72	0,2
Reserva Legal	2.890,69	16,93
Vegetação Nativa	3.913,95	22,92
Servidão Administrativa	74,14	0,43
Área Consolidada	12.770,17	74,77
Banhados	2,06	0,01
Número de Nascentes	110	0
Uso Restrito	39,87	0,23
Hidrografia	259,09	1,52
Topo de Morro	1	0,01
Áreas: Não Declarada - Outras	1.845,09	9,75

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Os dados permitem observar que, dos 1.180 mil imóveis rurais, cerca de 67% mantêm APP.

Apenas em 9 propriedades rurais (1%) percebe-se a existência de banhado, e em 86 propriedades (7%) as nascentes de olho d'água.

Além disso, 1.162 (98%) propriedades possuem Área Consolidada, e 1.073 (91%) contam com Reserva Legal.

**Tabela 5.** Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: 2019

<b>Elemento Ambiental (E.A):</b>	<b>Nº IR com EA<sup>1</sup></b>	<b>Área Declarada (ha)</b>	<b>Nº IR sem EA<sup>2</sup></b>	<b>% IR com EA<sup>3</sup></b>	<b>% IR sem EA<sup>4</sup></b>
APP	794	1.871	386	67	33
Área Consolidada	1.162	12.770	18	98	2
Banhado	9	2	1.171	1	99
Hidrografia	788	180	392	67	33
Nascente olho d'água	86	-	1.094	7	93
Reserva Legal	1.073	2.891	107	91	9
Servidão Administrativa	369	74	811	31	69
Uso Restrito	8	40	1.172	1	99
Vegetação Nativa	1.078	3.914	102	91	9
Área topo de morro	-	-			
<b>Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR - CAIÇARA</b>					
Número Total de I.R.:	1.180	17.078,72			
Área Total do Município:		18.923,80			
% Área declarada/Área Município:		90,25			

<sup>1</sup> Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

<sup>2</sup> Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

<sup>3</sup> Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

<sup>4</sup> Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

### 3. AÇÕES POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O presente estudo se constitui como basilar para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, conhecer a realidade passa a ser importante para prospectar alternativas de desenvolvimento. Neste contexto deve-se destacar algumas lições deixadas por Barquero (2002):

1. **Não há desenvolvimento sem** formação de **excedentes**.
2. Pensar o **desenvolvimento implica** pensar a dinâmica de **produção e produtividade** na região.
3. O **perfil** e a estrutura do **sistema produtivo local** e sua **aderência** ao **mercado regional, nacional e global** são aspectos **importantes** para o desenvolvimento.
4. A **utilização e valorização** de **recursos locais** e a capacidade de controle do processo de acumulação são elementos importantes.
5. Os **atores locais podem liderar** o processo de **mudança estrutural**.
6. **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** são importantes, assim como a **cultura empreendedora**, as **instituições**, as **redes**, a **ação cooperada** e o **crédito**.

A atividade produtiva derivada de grandes investimentos é ótima e deve ser estimulada, mas como depende de agentes externos, nem sempre se consolida em pequenos municípios com economia de base primária. Em função disso, fortalecer as cadeias produtivas presentes e, em especial, as relações entre os produtores e os canais de comercialização podem ajudar para ampliar a base exportadora regional.

Ampliar a especialização produtiva de setores específicos, favorecer a inovação, ampliar a produtividade e a competitividade para alcançar mercados regionais, nacionais e internacionais deve ser o foco.

Neste processo, fazer o básico bem feito pode ser um grande avanço e isto significa: a) capacitar as pessoas a fazer uma gestão mais profissionalizada de seus empreendimentos, seja no urbano ou no rural; b) cooperar mais; c) inovar mais; d)



empreender mais; e) sair da inércia, e f) assumir que cada cidadão e cidadã tem o compromisso de deixar para seus filhos e netos um município melhor do que recebeu de seus pais e avós.

As atividades potenciais apresentadas no Quadro 2, resultam da percepção das pessoas e entidades, quanto as possibilidades de empreendimentos, empreendimentos pretendidos por empreendedores ou em fase de implantação.

As pessoas e entidades caracterizam-se por possuírem alto grau de envolvimento no município, seja no campo político, social, religioso ou dos negócios. Essa posição ocupada garante um conhecimento da realidade que não constam nas bases de dados secundárias, pois decorrem do contato diário com os fatos que se materializam no âmbito da sociedade municipal. Dessa forma, seus apontamentos balizam ações que porventura venham a ser deflagradas em termos de desenvolvimento.

Por fim, destaca-se a importância do papel das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento, do capital social, do capital humano, das ações de inovação e difusão de conhecimento, da organização da produção e das condições de infraestrutura no processo de mudança e aperfeiçoamento exigido no atual cenário econômico estadual, brasileiro e internacional.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios apresentam potencial para o desenvolvimento, para tanto, necessitam de ações de organização social e empreendedorismo, com programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócios e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados e para a preparação das gerações futuras.

Existe uma força social que deve ser estimulada e, neste processo, sempre que as entidades sociais se unem para identificar alternativas e planejar o desenvolvimento, novas oportunidades podem ser encontradas.

Dentre as estratégias de superação, as forças sociais, devem ter como norte, a busca constante de parcerias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma sinergia tal que conduza o município para apenas um rumo, o do desenvolvimento.

Neste contexto, passamos a elencar algumas ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas:

##### **Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL**

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

**Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL**

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes.

**Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL**

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais, principalmente utilizadas nas rotas de leite e produção de proteína animal;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos onde não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

### **Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL**

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já está em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por universidades, institutos federais e escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento também passa pela qualificação da geração atual, assim como das futuras gerações, através de programas como o Líder Jovem, entre outros, que tem o propósito de formar cidadãos e cidadãs comprometidas em deixar para seus filhos e netos um município e região melhor do que recebeu de seus pais e avós.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

CAIÇARA. **Lei municipal nº 1571/2015**. Disponível em <http://www.ufrgs.br/monitoramentopne/planos-municipais-de-educacao-rs/c/caicara-1>. Acesso em out/2019.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em nov/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2019. Acesso em out/2019.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: \_\_\_\_\_. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA (RS). Prefeitura. **Histórico do Município de Caiçara, RS**. 2019. Disponível em: <https://caicara.rs.gov.br/nossomunicipio>. Acesso em: nov/2019.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão do Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2019.